

Abordagens acerca do CPC 27 - Uma revisão sistemática da Literatura

Thiago de Oliveira Meireles¹, Bruno Marques da Silva², Eduardo Andrade Ribeiro³ Iane Rodrigues de Carvalho Moura⁴.

RESUMO

A Globalização trouxe consigo inúmeros reflexos na economia mundial e na realidade das organizações. E em meio a esse processo a contabilidade precisou unificar em uma linguagem única suas normas e regras, e foi através das Normas Contábeis Internacionais- IFRS – *International Financial Reporting Standards* isso passou a ser possível. Incluído nesse contexto, está a emissão Pronunciamento técnico CPC 27 que trata do ativo imobilizado, Instrumento normativo emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis que corresponde a IAS 16 e veio para evidenciar e orientar as empresas no tratamento contábil dos bens que compõe o ativo imobilizado. Nesta perspectiva, objetiva-se neste estudo analisar quantitativamente e qualitativamente o conteúdo dos estudos produzidos no Brasil afim de entender e mapear as principais problemáticas encontradas pelos profissionais contábeis em relação ao CPC27. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura cujas informações publicadas nos anos de 2007 a 2017 acerca do CPC 27 ou Ativo imobilizado são comparadas e sintetizadas. Este estudo possibilitou identificar, em forma de síntese das informações disponíveis, os principais questionamentos dos profissionais contábeis quanto ao Ativo Imobilizado e ao CPC27. Apesar do pequeno numero de artigos divulgados nas principais bases de dados e revistas nacionais, os resultados obtidos nas pesquisas realizadas contribuem, sobremaneira, com o avanço do conhecimento científico e como incentivo para a realização de novas pesquisas.

Palavras-chave: Ativo Imobilizado, Pronunciamento Contábil CPC 27, Contabilidade.

¹ Aluno de graduação (9º período) do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Piauí – UFPI.
email: oothiagomeireles@gmail.com celular: (86) 99421-4657

² Aluno de graduação (9º período) do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Piauí – UFPI.
email: bmds.acc@gmail.com celular: (86) 99926-1313

³ Aluno de graduação (9º período) do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Piauí – UFPI.
email: eduardo-andrade9@hotmail.com celular: (86) 99926-1313

⁴ Professora Mestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Mestre em Enfermagem. email: ianercm@yahoo.com.br celular: (86) 99818-3823

1. INTRODUÇÃO

A Globalização trouxe consigo inúmeros reflexos na economia mundial e na realidade das organizações. E em meio a esse processo a contabilidade precisou unificar em uma linguagem única suas normas e regras, e foi através das Normas Contábeis Internacionais-IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards* isso passou a ser possível. Para coordenar essa convergência das normas contábeis no Brasil, instituiu-se em 2005 pela resolução nº 1.005, o comitê de pronunciamentos contábeis – CPC.

Esse movimento de convergência contábil ganha forças no país com a alteração da Lei das sociedades por ações nº 6.404/76 que se concretizou com a aprovação da lei nº 11.638 em dezembro de 2007. A partir de então o Comitê de pronunciamentos contábeis passa a estudar, preparar e emitir os CPCs, que consistem em pronunciamentos técnicos nos quais contem os métodos contábeis em correlação com as normas internacionais de contabilidade (BURIGO,2013).

Incluído nesse contexto, está a emissão Pronunciamento técnico CPC 27 que trata do ativo imobilizado, Instrumento normativo emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis que corresponde a IAS 16 e veio para evidenciar e orientar as empresas no tratamento contábil dos bens que compõe o ativo imobilizado.

A partir da criação deste CPC, espera-se que o reconhecimento das exigências do novo pronunciamento, afetem diretamente os profissionais da área contábil, visto que é necessária a reformulação dos conceitos já conhecidos, adaptação dos mesmos e disposição para compreensão da nova linguagem para atender os padrões exigidos.

Considerando o ambiente globalizado que estamos inseridos,o presente estudo busca responder: qual o conhecimento científico já produzido em artigos nacionais entre 2007 e 2017 sobre o CPC 27? Nesta perspectiva, objetiva-se analisar quantitativamente e qualitativamente o conteúdo dos estudos produzidos no Brasil afim de entender e mapear as principais problemáticas encontradas pelos profissionais contábeis.

Além disso, a partir do enfoque apresentado, este estudo será capaz de motivar pesquisas e poderá contribuir também com as instituições de ensino superior no sentido de possibilitar o desenvolvimento de estudos acerca do CPC 27 por parte do seu alunado e corpo docente.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Histórico – Harmonização contábil

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a toma obrigatória para a maioria das empresas.(MARION,2009)

Com a chegada da globalização diminuindo distâncias e facilitando a troca de informações a contabilidade também passa a ser afetada por esta aproximação entre os países.

A linguagem contábil não é homogênea, e apenas após inúmeros esforços passa a ser possível formar-se a contabilidade internacional, que surgiu para harmonizar e unificar os relatórios financeiros elaborados dentro do contexto econômico individual de cada país.

Realizando uma harmonização entre os países tornaria a linguagem contábil universal, favorecendo uma maior comunicação e um maior fluxo de troca de informações através dos relatórios contábeis.

No mercado financeiro, se usuários internos e externos de todas as empresas pudessem se basear no mesmo arcabouço de princípios e normas contábeis. Essa ideia é consenso entre a maioria dos profissionais e pensadores da contabilidade, que também são bastante enfáticos ao afirmar que o que se deseja é harmonizar e convergir ao máximo possível as normas de contabilidade, aproximando-se de um padrão unificado, mas tendo a consciência de que se chegar a um padrão “único” é praticamente impossível, tendo em vista os vários interesses e opiniões divergentes existentes (MARTINS, 2007, p. 2)

As demonstrações contábeis são documentos que sempre serão requisitados pelos investidores, segundo Niyama (2008), pois apresentam como objetivo quantificar a conveniência e a oportunidade de finalizar grandes negócios. Com isso, as empresas acabaram ultrapassando fronteiras, deixando desta maneira de ser de utilização doméstica para se tornar instrumento de decisão a um panorama mundial.

Neste aspecto de muita relevância, entendemos que é necessário que todas as empresas aos poucos efetuem sua conversão junto com toda a nação, para que juntos mudem a economia e facilitem as negociações interpaíses. Principalmente por ser diferenciada a forma contábil de cada localidade, dificultando o crescimento de muitos outros países. Deve se considerar a aplicação total das normas, e não por algumas normas específicas, levando sempre em consideração a relação que todos conhecemos bem que é a relação custo X benefício.

2.2 Ativo Imobilizado

A convergência da contabilidade Brasileira às normas internacionais resultou em diversas alterações no reconhecimento dos elementos patrimoniais e de resultados das empresas. Neste estudo, o foco de análise são as mudanças propostas no CPC 27, relacionadas ao tratamento contábil do imobilizado. Mas antes disso a conceituação apresentada no item IV do art. 179 da Lei 6.404/76 definia de uma maneira diferente o Ativo Imobilizado, temos a figura do Imobilizado o qual encontrava-se inserido no Ativo Permanente (que, inicialmente, era dividido em Investimentos, Imobilizado, e Diferido), porém, este deixou de existir, por meio nova redação imposta pela Lei 11.638/07, vejamos:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo: IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os

decorrentes de operações que transfiram a companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

Em consonância à Lei 11.638/07, o CPC 27 define que o “Ativo imobilizado é o item tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período”. (CPC 27, 2009, p. 3).

Como principais mudanças advindas com o CPC 27 citam-se: a obrigação de reconhecer um valor residual ao custo do ativo, a fim de estabelecer o valor depreciável do bem; e depreciá-lo pelo seu prazo de vida útil. Essa depreciação deve ser reconhecida no resultado por um dos três métodos estabelecidos no CPC 27, sendo eles, o método linear, decrescente ou pelas unidades produzidas. Além disso, tornou obrigatório o impairment para os ativos em uso, que, mesmo sendo estabelecido pelo CPC 01, afeta diretamente o valor dos ativos imobilizados. (CUNHA et AL;2011)

Por sua vez, a principal mudança inserida pela ICPC 10 foi a aplicação do deemed cost, que prevê o ajuste dos ativos imobilizados ao seu valor justo no exercício de 2010, além de determinar a vida útil e o valor residual desses ativos. (CUNHA et AL;2011)

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para o enquadramento do estudo, e para o processo de seleção e análise dos resultados.

3.1 Enquadramento Metodológico.

No campo da pesquisa científica, constata-se que diversas são as linhas existentes, bem como os resultados delas decorrentes. A forma de organização, investigação e análise dependem do quadro de referência adotado pelos pesquisadores, bem como da questão que orienta o trabalho. Assim, a definição do arcabouço metodológico a adotar constitui-se numa questão-chave, pois ele comporá o pano de fundo que norteará toda a pesquisa.

As revisões sistemáticas apesar de inicialmente serem desenvolvidas para as ciências médicas, a fim de produzir um resumo científico, transparente e baseado em evidências atualmente tem sido expandidas para as ciências administrativas, elas surgem para suprir esta necessidade nas diversas áreas, proporcionando resumos abrangentes e não tendenciosos sobre os mais variados tipos de pesquisas em um único estudo. (MARR; MOUSTAGHFIR, 2005).

O estudo de revisão sistemática da literatura, é adequado para buscar consenso sobre alguma temática específica e sintetizar o conhecimento de uma dada área por meio da formulação de uma pergunta, identificação, seleção e avaliação crítica de estudos científicos contidos em bases de dados eletrônicas. A partir desse processo, ela permite, além de aprofundar o conhecimento sobre a temática investigada, apontar lacunas que precisam ser preenchidas por meio da realização de novas investigações. (LOPES; FRACOLLI, 2008)

Entretanto o planejamento de uma Revisão Sistemática deve ser cuidadoso e criterioso a fim de assegurar a validade de seus resultados e conseqüentemente a qualidade do estudo,

uma vez que a mesma fornece subsídios para fundamentar uma opinião acerca do tema pesquisado.

Desta forma a pergunta de pesquisa foi: : qual o conhecimento científico já produzido em artigos nacionais entre 2007 e 2017 sobre o CPC 27? A busca de artigos foi realizada nas bases eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Periódicos.Capes/MEC*, por meio das palavras-chaves selecionadas: CPC 27 e ativo imobilizado.

Outra estratégia utilizada foi a busca nas revistas *Contabilidade Vista & Revista*, *Revista Contabilidade & Finanças*, *Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN*, *Revista Universo Contábil*, todas de enquadradas em estratos indicativos da qualidade – A2, o mais elevado dentre as revistas encontradas.

3.2 Procedimento para Seleção dos Dados da Pesquisa.

Para a seleção dos artigos, inicialmente foi realizada a triagem dos títulos relacionados ao tema em questão. Essa seleção foi baseada nos títulos que abordassem como ideia principal qualquer tema relacionado ao CPC 27 ou Ativo imobilizado. Foram inclusos artigos científicos nacionais (português), publicados entre janeiro de 2007 a novembro de 2017 referentes ao CPC 27 com disponibilidade de texto completo livre e que tinham o ativo imobilizado como centro do estudo. Ao final da busca, foram excluídos os títulos que fugiam a temática pesquisada, assim como os títulos repetidos, já que esta pesquisa foi realizada em diversas bases de dados e por fim os títulos que não foram publicados no intervalo de tempo procurado ou em idiomas diferentes. Em seguida, foi realizada a leitura detalhada dos resumos dos artigos, a fim de confirmar se realmente aqueles títulos estão abordando a temática escolhida. Excluídos os resumos que não versavam sobre a proposta apresentada, os textos completos foram avaliados e os que não se enquadravam nos critérios de exclusão foram inclusos como resultado final da busca.

Foi realizada a análise de conteúdo dos estudos encontrados e os dados foram agrupados de forma qualitativa e quantitativa e apresentados na forma de tabela com a descrição das seguintes características: autor e ano do estudo, data da publicação, base onde foi encontrada, objetivos do estudo, resultados e conclusões.

4. RESULTADOS

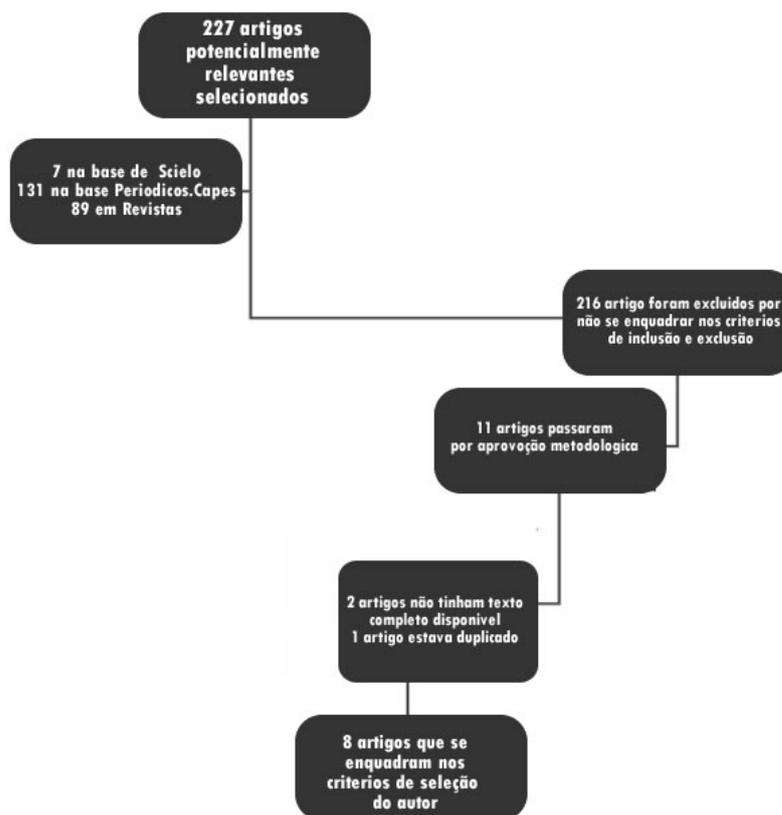
No período estudado, foram encontrados 227 estudos, sendo selecionados oito artigos que se enquadram nos critérios para inclusão e exclusão deste estudo, os quais se encontram divididos com base nas palavras chave, no Quadro 1.

Base de dados	Palavra Chave	Numero de estudos encontrados	Número de estudos aproveitados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão
<i>Scientific Electronic Library Online</i> (SciELO)	CPC 27	3	0
	Ativo	4	0

	Imobilizado		
<i>Periódicos.Capes/MEC</i>	CPC 27	77	3
	Ativo Imobilizado	54	2
<i>Contabilidade Vista & Revista</i>	CPC 27	3	0
	Ativo Imobilizado	3	0
<i>Revista Contabilidade & Finanças</i>	CPC 27	36	0
	Ativo Imobilizado	32	1
<i>Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN</i>	CPC 27	2	0
	Ativo Imobilizado	0	0
<i>Revista Universo Contábil</i>	CPC 27	10	0
	Ativo Imobilizado	3	2
TOTAL		227	8

Quadro 1: Classificação dos artigos encontrados divididos por palavra chave

Figura 1 - fluxograma dos artigos selecionados



Com relação ao periódico de publicação, destacou-se a base de dados *Periódicos.Capes* com a publicação de mais de cem artigos referentes à temática sendo cinco incluídos neste estudo. Salienta-se que os outros três artigos da amostra constituída são oriundos de revistas voltadas a produção científica relevante em Contabilidade, que abrangem publicações das diversas áreas contábeis, são elas a *Revista Contabilidade & Finanças* e a *Revista Universo Contábil*.

Dos 227 artigos potencialmente relevantes, 216 não tinham o CPC 27 ou o Ativo imobilizado como centro dos questionamentos, os 11 artigos restantes passaram por aprovação metodológica entretanto 2 artigos não tinham texto completo online e 1 artigo estava duplicado, restando 8 artigos para análise, como observado no fluxograma abaixo.

Para facilitar a análise dos 8 artigos e apresentação dos resultados, elaborou-se o Quadro 2 com dados sobre o Título do estudo, Autor, data de publicação, metodologia utilizada, resultados e conclusões de cada estudo, vejamos a seguir:

Titulo Autor Data da publicação	Objetivos	Metodologia	Resultados	Conclusões
<p>Artigo 1: Conformidade dos softwares de controle patrimonial aos preceitos do CPC 27 e ICPC 10</p> <p>Prof. Dr. Paulo Roberto da Cunha (FURB – SC/Brasil)</p> <p>Publicado: 06/2014</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas,</p>	<p>Verificar se os softwares de controle patrimonial atendem aos preceitos do CPC 27 e da ICPC 10.</p>	<p>Pesquisa, de natureza descritiva com abordagem qualitativa, foi realizada por meio de um estudo multicaso, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com o responsável pelo desenvolvimento</p>	<p>De modo geral, é possível considerar que o atendimento aos quesitos do CPC 27 e da ICPC 10 é satisfatório, já que as três empresas entrevistadas apontaram que a adequação aos quadrantes analisados oscila entre o mínimo de 82% e o máximo de 89%. o quadrante 4, que trata da depreciação, foi o que apresentou maior divergência entre as empresas entrevistadas. Por outro lado, o quadrante 5, <i>impairment</i>, e o quadrante 9, adoção inicial, obtiveram pontuação zero. Entende-se que isso é consequência do fato de se tratar de conceitos normatizados recentemente pelo CPC 01 e ICPC 10 e que têm obrigatoriedade de aplicação estabelecida para o exercício 2010.</p>	<p>Constatou-se na pesquisa realizada por meio de um estudo multicaso, que a empresa com maior atendimento aos critérios do CPC 27 e da ICPC 10 atendeu 89% das questões aplicadas, o que permite dizer que o nível de aplicabilidade do CPC é satisfatório nos softwares analisados. O mesmo ocorre com as demais empresas que atenderam 86% e 82% dos tópicos verificados, respectivamente</p>
<p>Artigo 2: Determinantes Do Nível De Conformidade Das Evidenciações Relativas Ao Cpc 27 Em Empresas Do Novo Mercado Da Bm&Fbovespa</p>	<p>Verificar o nível de conformidade das evidenciações relativas ao CPC 27 em empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA</p>	<p>O presente estudo, quanto ao seu objetivo, pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva, foi elaborado um “<i>check list</i>” de acordo com o CPC 27, que dispõe acerca das</p>	<p>Verificou-se uma relação positiva significativa entre o ativo imobilizado das empresa e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27. No</p>	<p>Inicialmente verificou-se uma média de 59 % dos itens requeridos pelo CPC 27, evidenciados por mais de 50% das companhias constantes da amostra. Nenhuma empresa cumpriu</p>

<p>Itzhak David Simão Kaveski Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB.</p> <p>Publicado: 02/2015</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC</p>		<p>evidenciações que devem constar em nota explicativa específica, referenciando o imobilizado, e nas notas de práticas contábeis, publicadas pelas empresas</p>	<p>que tange às variáveis determinantes do processo de evidenciação, verificou-se que “Imobilizado” está positivamente associado à divulgação de informações sobre ativo imobilizado. Já a “Rentabilidade” está negativamente associada à divulgação. Não se verificou associação significativa entre “Endividamento” e “Tamanho” com a divulgação de informações sobre imobilizado.</p>	<p>todos os itens requeridos. 16 foi o número máximo obtido por companhia. No tocante às limitações deste estudo, a principal referência se deve à incipiência de pesquisas analisando em específico a evidenciação do grupo de ativos imobilizado. Salienta-se a impossibilidade da generalização dos resultados, visto que a amostra é composta exclusivamente de empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa.</p>
<p>Artigo 3: Um Estudo Do Processo De Gerenciamento Das Demandas De Investimentos Em Ativos Imobilizados: O Caso De Uma Empresa De Telecomunicações</p> <p>Graciela Dias Coelho Jones Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –UFRRJ</p> <p>Publicado: 07/2011</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista de Gestão e Projetos - GeP</p>	<p>Analisar o processo de gerenciamento das demandas de investimentos em ativos imobilizados de uma empresa de telecomunicações localizada no estado de Minas Gerais, que presta serviços de telecomunicações em todo o Brasil. Adicionalmente, apresentar os impactos da implementação de um novo fluxo para as solicitações de investimentos</p>	<p>Foi adotada a pesquisa exploratória, que consiste no levantamento de dados no local onde os fenômenos ocorrem, a coleta de dados qualitativa foi realizada por meio de observação participante e de pesquisa à documentação disponibilizada pela organização, através de consulta aos seus sistemas. Posteriormente, foi efetuada a análise dos dados, por meio do levantamento de onze tópicos contemplando os principais pontos críticos apresentados no processo de gerenciamento das demandas de investimentos da empresa, antes das mudanças propostas.</p>	<p>As adequações realizadas no sistema e a implementação do novo fluxo resultaram em muitos benefícios, entre eles podem ser destacados: maior agilidade nas análises, melhor acompanhamento dos investimentos realizados, redução do custo de salários, dinamismo no fluxo de aprovação de investimentos e melhoria na qualidade dos projetos aprovados</p>	<p>Melhorias nos processos e nos sistemas podem gerar benefícios, permitir o acompanhamento e controle dos projetos de investimentos em imobilizado, conduzir à racionalização do uso dos recursos e à identificação e escolha de alternativas mais viáveis. A iniciativa de adequações no processo de gerenciamento das demandas de investimentos pode ser replicada a outras empresas para validar o resultado ora apresentado.</p>
<p>Artigo 4: Comparabilidade da informação contábil em empresas</p>	<p>Analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios</p>	<p>Em relação à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e</p>	<p>O nível de comparabilidade médio para o CPC 16 Estoque foi de 0,34; CPC 27 Imobilizado 0,9; CPC 04</p>	<p>Nesse sentido, observa-se que a Contabilidade, após a adoção das Normas Internacionais, tem como</p>

<p>brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade</p> <p>Diane Rossi Maximiano Reina Doutoranda em Ciências Contábeis Professora da Universidade Federal de Uberlândia</p> <p>Publicado em: 08/2014</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista Contemporânea de contabilidade</p>	<p>financeiros das empresas que compõem o Índice Brasil 50 - IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. É uma pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 16, 27, 04 e 38, calculados pelo índice de comparabilidade T Index.</p>	<p>quantitativa, Para a coleta dos dados, elaborou-se um checklist que expressasse as formas de mensuração permitidas no Brasil após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, fez-se uma leitura dos seguintes Pronunciamentos Técnicos, objeto de investigação por esta pesquisa: CPC 16 – Estoques; CPC 27 – Imobilizado; CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 38 – Instrumentos Financeiros. O período de investigação escolhido foi de 2010 a 2012, por ser, a partir do exercício findo no ano de 2010, a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras consolidadas em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	<p>Intangíveis 0,92; e CPC 38 Instrumentos Financeiros, mantidos para venda 0,15, mensurados por meio do resultado 0,92; empréstimos e contas a receber 0,98; mantidos para venda 0,27 e derivativos 0,58. Nesse contexto, pode-se inferir que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e de avaliação dos estoques, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos para venda. Outro fato é que não houve uma evolução nos índices de comparabilidade no período de 2010 a 2012. Na maioria dos índices, as variações não foram significantes.</p>	<p>desafio melhorar os índices de comparabilidade. Para tanto torna-se necessário que as empresas efetuem melhor divulgação em seus demonstrativos financeiros das práticas adotadas para mensuração e avaliação de seus Ativos e Passivos, contribuindo assim para mais transparência e qualidade dos demonstrativos.</p>
<p>Artigo 5: Reconhecimento contábil da degeneração de ativos biológicos para a produção no cultivo de árvores frutíferas</p> <p>Allana Souza Martins Acadêmica do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia</p> <p>Publicado em 04/2014</p>	<p>Apresenta uma proposta de fluxo contábil da degeneração na fruticultura com base nos procedimentos normatizados pelo CPC 27 e CPC 29, confirmando a possibilidade de mensuração das transformações biológicas nas atividades rurais em acordo com as normas atuais de Contabilidade</p>	<p>O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa é o estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas três fontes de evidência que possibilitaram melhor triangulação entre os dados (YIN, 2010). A primeira fonte adotada foram as entrevistas focadas com produtores rurais, que cultivam árvores frutíferas em empreendimentos localizados no Cone</p>	<p>O CPC 27 permite a utilização do método de depreciação por unidades produzidas, que resulta em despesa baseada no uso ou produção do ativo, além disso, de acordo com o referido CPC, a entidade deve selecionar o método de depreciação que melhor reflita o consumo dos benefícios futuros incorporados no ativo. Assim, o melhor método a ser utilizado na fruticultura é o de unidades produzidas, pois a produção de frutas não é constante durante todo o ano, o que é devido, principalmente, à</p>	<p>O principal achado da pesquisa é que os modelos de contabilização da degeneração apresentados confirmam que há possibilidade de mensuração e evidência das transformações biológicas nas atividades rurais em acordo com as normas atuais de contabilidade. Isso possibilita o uso de informações relevantes para a tomada de decisão e reduz distorções na mensuração do patrimônio da entidade. Essa ideia geral</p>

<p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista Contemporânea de contabilidade</p>		<p>Sul do estado de Rondônia. A segunda e a terceira fontes correspondem à observação direta e à análise documental, respectivamente.</p>	<p>influência de mudanças climáticas. Os cuidados que cada produtor rural têm com o cultivo também é um fator que contribui para a variação da produção. partir do modelo proposto de contabilização da degeneração, aplicando o CPC 29, foi possível traçar um comparativo com a contabilização da degeneração do ativo biológico na fruticultura, mensurado a valor de custo, e demonstrar as possíveis formas de reconhecimento da degeneração no cultivo de árvores frutíferas, alcançando o objetivo geral desta pesquisa.</p>	<p>foi transmitida pela pesquisa e remete à possibilidade de replicação dos métodos demonstrados em outros tipos de ativos biológicos, que não sejam os cultivados na fruticultura.</p>
<p>Artigo 6: A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração Subsequente de Ativos Imobilizados, de Ativos Intangíveis e de Propriedades para Investimento em Empresas da América do Sul</p> <p>Fláida Êmine Alves de Souza Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Uberlândia, MG, Brasil</p> <p>Publicado em: Maio/2016</p> <p>Revista Contabilidade & Finanças</p>	<p>O objetivo central deste estudo é identificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados de ativos intangíveis e de propriedades para investimento (PPI), de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru</p>	<p>Identificou-se o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento (PPI) de companhias abertas do Brasil, Chile e Peru, além de averiguar se determinadas características das entidades podem influenciar a escolha dos gestores pelo valor justo. A comparabilidade foi medida por meio do índice T e a identificação das variáveis explicativas foi feita por meio de regressões, no período 2009-2013</p>	<p>Como resultados, constatou-se que para os ativos imobilizados, a comparabilidade internacional aumentou com a adoção das IFRS, mantendo-se crescente ao longo do tempo e alta após a adoção obrigatória das IFRS pelos três países (2012 e 2013), confirmando estudos anteriores (Demaria & Dufour, 2007; Cairns at. al., 2011; Taplin et al., 2011; Christensen & Nikolaev, 2013) de que as entidades têm se tornado cada vez mais conservadoras em relação à mensuração subsequente de seus ativos imobilizados.</p>	<p>No Brasil, a postura conservadora pode ser justificada principalmente pela influência da legislação local, pois foi vedado o uso do valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados. No Chile, constatou-se maior preferência pelo método do custo histórico, apesar da possibilidade de adoção do método do valor justo. No Peru, apesar de parte das companhias abertas ter optado pelo método do valor justo antes da adoção obrigatória das IFRS, após sua adoção a maioria das entidades passou a empregar o método do custo histórico, tornando-se, em consequência, mais conservadoras.</p>
<p>Artigo 7: Análise Do Conteúdo Informacional Dos Investimentos Em</p>	<p>Verificar se existem evidências estatísticas do impacto das</p>	<p>Trata-se de um estudo exploratório <i>ex post facto</i>, em que as variações do ativo</p>	<p>Os resultados calculados indicam uma reação do mercado devido à divulgação das demonstrações financeiras.</p>	<p>Os resultados obtidos indicaram uma relação entre as variações do ativo</p>

<p>Ativos Imobilizados: Um Estudo De Eventos Em Empresas Negociadas Na Bovespa</p> <p>Ricardo Luiz Wust Correa De Lyra Doutorando Em Contabilidade Pela Fea/Usf</p> <p>Publicado Em: Maio/2007</p> <p>Revista Universo Contábil</p>	<p>decisões de investimento no ativo imobilizado das empresas nos preços de suas ações no mercado de capitais.</p>	<p>imobilizado foram consideradas como decisões de investimento e o evento considerado é a data de divulgação das demonstrações contábeis trimestrais no <i>site</i> da CVM</p>	<p>Os retornos anormais apresentam valores estatisticamente significativos concentrados principalmente após o evento no segundo e terceiro dias. Contudo, é preciso cautela quanto a tendência de generalizações a respeito dessas considerações, uma vez que se referem às ações das empresas que participam da amostra e ao período do estudo. Não se pode, pois, afirmar categoricamente que foram os investimentos em ativo imobilizado que afetaram o preço das ações negociadas na BOVESPA. Pois, outros fatores como o lucro e a distribuição de dividendos podem ter contribuído para ajustes do mercado nas ações.</p>	<p>imobilizado e o preço da ação no mercado de capitais. O que permite inferir que a divulgação de demonstrações contábeis é um evento relevante para o mercado de capitais nacional. Finalmente, apesar dessas limitações, este estudo comprova a existência de conteúdo informativo ao mercado nas demonstrações contábeis publicadas, uma vez que se constatou, na amostra pesquisada, que houve ajustes nos preços das ações da amostra pesquisada após a divulgação das demonstrações contábeis.</p>
<p>Artigo 8: Processo De Reconhecimento E Mensuração Do Ativo Imobilizado No Setor Público Face Aos Padrões Contábeis Internacionais: Um Estudo De Caso Na Anatel</p> <p>Rafael de Moura Fé Carvalho Bacharel em Ciências Contábeis pela UnB</p> <p>Publicado Em: Julho/2012</p> <p>Revista Universo Contábil</p>	<p>Analisar o processo de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, por meio de estudo comparativo segundo o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCASP), no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e nas <i>International Public Sector Accounting Standards</i> (IPSAS); e de estudo de caso na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).</p>	<p>Estudo comparativo segundo o disposto nas NBCASP, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e na <i>International Public Sector Accounting Standard</i> (IPSAS) 17 – Property, plant and equipment e (2) estudo de caso na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com a utilização de dados e registros constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) relativos aos exercícios de 2009, 2010 e 2011</p>	<p>Relativamente à prática contábil no âmbito do Setor Público brasileiro, o estudo de caso realizado na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mostrou que a Agência ainda encontra-se em processo de adaptação aos novos padrões contábeis internacionais, já aplicando e executando a depreciação dos bens adquiridos nos exercícios correntes com razoável grau de aderência aos normativos, respeitando os parâmetros e disposições emanadas no que tange aos ativos adquiridos a partir de 2010. Contudo, verifica-se que ainda não são executados (estando ainda em fase de estudos e adequação) os procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável, necessários para que se possa aplicar o processo de depreciação para os bens do ativo</p>	<p>Sugere-se que os órgãos e autarquias públicas se atenham aos dispositivos trazidos por esses normativos, procurando estudá-los e propondo melhorias aos órgãos elaboradores, não se limitando simplesmente a cumprir as determinações e prazos constantes nos manuais. Como os procedimentos são relativamente recentes, é importante a participação dos próprios órgãos executores nesse processo de alteração.</p>

			imobilizado adquiridos antes desse período.	
--	--	--	---	--

Quadro 2: Identificação dos Artigos

Todos os estudos selecionados foram publicados de Maio de 2007 a Maio de 2016, quanto a titulação, os estudos são predominantemente escritos por Bacharéis, mestres e doutores.

Dentre as universidades observamos dois estudos da FURB- Universidade Regional de Blumenau e dois da Universidade Federal de Uberlândia o que coloca os estados de Santa Catarina e Minas Gerais como os que mais contribuíram com este estudo, analisando por região observamos a predominância de estudos da Região Sudeste com quatro artigos, a região Sul vem em seguida com dois artigos e as regiões Norte e Centro Oeste possuíram apenas uma produção.

5. DISCUSSÃO

Ao comparar os estudos publicados quanto a localização geográfica a predominância de estudos da Região Sudeste corrobora com o estudo de Sinode et al (2016) , que coloca que no Brasil, se verifica enorme heterogeneidade espacial das atividades de pesquisa científica, onde o padrão regional da distribuição das publicações e dos pesquisadores é altamente concentrado na região Sudeste, com destaque às capitais dos estados.

Entre os artigos selecionados, os principais objetivos apresentados atentam para o mercado de capitais, todos buscam analisar os níveis de comparabilidade ou conformidade entre um grupo de empresas do mercado de capitais e uma parte do CPC ou do Ativo Imobilizado, são eles os artigos 2,4,6 e 7.

O artigo 2 ,busca analisar o nível de conformidade das evidenciações do CPC 27 em empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA já o Artigo 4 analisa a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade(especificamente os CPSs 16,27,04 e 38) em empresas do IBRX 50 que é o indicador de desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.O artigo 6 também busca identificar o grau de comparabilidade ativos imobilizados de ativos intangíveis mas a pesquisa é realizada em companhias de capital aberto no Brasil, Chile e Peru e o artigo 7 busca verificar se existem evidências estatísticas do impacto das decisões de investimento no ativo imobilizado nos preços das ações de empresas no mercado de capitais.

Quanto aos objetivos dos estudos os artigos 3 e 8, apresentam estudos de caso do ramo de telecomunicações e fazem um paralelo com a nova legislação vigente, um observando a implantação de um novo fluxo para a solicitação de investimentos em uma empresa de Telecomunicações não especificada e outro pesquisando nos registros da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) de 2009 a 2011 o nível de adaptação daquela organização novos padrões contábeis internacionais.

O artigo 1 buscou analisar se os softwares de controle patrimonial atendem aos preceitos do CPC 27 e da ICPC 10 já o artigo 5 buscou saber se a mensuração das

transformações biológicas nas atividades rurais estão de acordo com as normas atuais de Contabilidade e com os CPCs 27 e 29.

Quanto aos aspectos metodológicos, observou-se destaque da utilização da abordagem qualitativa. Em relação ao tipo de estudo eles são majoritariamente exploratório ou descritivos (5), um (1) estudo de caso e um (2) comparativos .

Em relação aos tipos de estudos, cabe explicitar que os exploratórios permitem ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema, a partir da busca de maior conhecimento a seu respeito, e os de caráter descritivo tem como objetivo descrever com maior exatidão fatos e fenômenos de uma determinada realidade(LEOPARDI,2002).

Já o estudo de caso, é uma modalidade de investigação empírica mais abrangente, que se estrutura por meio da lógica do planejamento, da coleta e da análise dos dados visando obter maior conhecimento de um fenômeno estudado. Pode ter foco em uma unidade – um indivíduo (caso único e singular, como o caso clínico) ou múltiplo, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente, como por exemplo: vários indivíduos ou várias organizações (YIN,2006).

Dentre os resultados e conclusões dos quatro estudos que buscavam comparabilidade ou conformidade (2,4,6 e 7) entre para o mercado de capitais e o CPC, verificou-se no estudo 2 uma relação positiva significativa entre o ativo imobilizado das empresa e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27 entretanto o Artigo 4 avaliando à mensuração dos estoques, coloca que 31% das empresas não divulgam os métodos utilizados, nesse contexto, pode-se inferir que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e de avaliação dos estoques, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos para venda. Já o artigo 6 constata que para os ativos imobilizados, a comparabilidade internacional aumentou com a adoção das IFRS, mantendo-se crescente ao longo do tempo e alta após a adoção obrigatória das IFRS pelos três países (2012 e 2013), confirmando estudos anteriores.

Os resultados encontrados vão de encontro ao estudo de Junior (2015), que coloca que durante os seis anos (2008 e até 2013) de obrigatoriedade do IFRS vêm havendo uma diminuição no caso de ocorrências de não conformidade. E que as 15 empresas analisadas naquele estudo não foram reincidentes no refazimento de suas demonstrações financeiras.

Antunes (2015), coloca em seu estudo que a convergência às normas internacionais iniciado em 2008, mas com obrigatoriedade de adoção e divulgação a partir das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010, não se deu de forma tão traumática, como muitos previram, mas podemos assumir que está consumindo bastante energia dos contadores e dos órgãos reguladores, visto que a aplicação dos pronunciamentos requer a adaptação à realidade das empresas. Assim, é lícito supor que muitos profissionais ainda possam estar encontrando dificuldades para interpretar e aplicar os pronunciamentos, resultando na divulgação de balanços cuja comparabilidade possa estar comprometida, conforme tem relatado a imprensa especializada.

No artigo 7 os resultados calculados indicam uma reação do mercado devido à divulgação das demonstrações financeiras, entretanto não se pode, pois, afirmar categoricamente que foram os investimentos em ativo imobilizado que afetaram o preço das ações negociadas na Bovespa pois, outros fatores podem ter contribuído para a alteração deste índice.

Outro aspecto ressaltado por Junior (2015) e que pode ter influencia neste estudo é uma provável dificuldade de interpretação dos CPC. Todavia, é eminente que esse problema deve ter sido tratado no período das publicações, uma vez que observa-se que as empresas pesquisadas pela autor não foram reincidentes em seus relatórios e o último ano do seu estudo apresentar um número de exigência para republicações inferior ao ano de 2008, cuja Lei 11.638/07 entrou em vigor.

Dentre os resultados dos demais estudos o estudo 1 mostrou que de modo geral, é possível considerar que o atendimento aos quesitos do CPC 27 e da ICPC 10 é satisfatório quando consideramos conformidade dos softwares de controle patrimonial.

Os dois artigos que apresentaram estudos de caso (3 e 8), observamos no artigo 3 que os investimentos na forma de aquisição acompanhamento e controle em ativos imobilizados puderam garantir o suprimento das necessidades das empresas, para a continuidade do seu funcionamento, evitando dispêndios elevados de recursos, o que mostra a importância e a obrigação de um gerenciamento criterioso da sua execução.

Já o artigo 8 que buscou verificar a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) mostrou que a mesma encontra-se ainda em processo de adaptação aos novos padrões contábeis internacionais, já aplicando e executando a depreciação dos bens adquiridos nos exercícios correntes com razoável grau de aderência aos normativos, respeitando os parâmetros e disposições emanadas no que tange aos ativos adquiridos a partir de 2010 entretanto como os procedimentos são relativamente recentes, é importante a participação dos próprios órgãos executores nesse processo de alteração

Antunes (2015), coloca em seu estudo que a convergência às normas internacionais iniciado em 2008, mas com obrigatoriedade de adoção e divulgação a partir das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010, não se deu de forma tão traumática, como muitos previram, mas podemos assumir que está consumindo bastante energia dos contadores e dos órgãos reguladores, visto que a aplicação dos pronunciamentos requer a adaptação à realidade das empresas. Assim, é lícito supor que muitos profissionais ainda possam estar encontrando dificuldades para interpretar e aplicar os pronunciamentos, resultando na divulgação de balanços cuja comparabilidade possa estar comprometida, conforme tem relatado a imprensa especializada.

Por fim, o artigo 5 que buscava apresentar uma proposta de fluxo contábil da degeneração na fruticultura mostrou que o melhor método a ser utilizado na fruticultura é o de unidades produzidas possibilita o uso de informações relevantes para a tomada de decisão e reduz distorções na mensuração do patrimônio da entidade.

O CPC 27 coloca que algumas situações acerca da necessidade de substituição/reparos considerados ou não como melhorias ao ativo. “Os gastos de manutenção e reparos são os incorridos para manter ou recolocar os ativos em condições de uso, sem com isso aumentar sua capacidade de produção ou período de vida útil.” (IUDÍCIBUS, 2010)

Segundo Marion (2009), “Através de uma reforma ou substituição de partes do bem que contribua para o aumento da vida útil ou da capacidade produtiva há a ocorrência de melhoria no Ativo Imobilizado”. O entendimento da questão “melhoria” está relacionado específica e intrinsecamente à questão de prolongamento da vida útil-econômica, ou trazer aumento da capacidade de produção, ou até mesmo uma redução nos custos de produção.

O presente estudo identificou artigos científicos publicados em revistas nacionais que identificaram alguns dos questionamentos realizados por profissionais contábeis no Brasil, entretanto o CPC 27 trouxe consigo varias mudanças relevantes a contabilidade mas os estudos apresentados são ainda insuficientes para discutir o tema com a profundidade que o mesmo requer.

Dessa forma, observamos que existe a necessidade de uma mudança profunda em toda sua estrutura, desde a desburocratização das políticas de produção de material científico até um maior volume de investimentos em pesquisas científicas por parte das instituições de ensino, visando principalmente à promoção do conhecimento e gerando diretamente o crescimento do profissional contábil.

6. CONCLUSÕES

Este estudo possibilitou identificar, em forma de síntese das informações disponíveis, os principais questionamentos dos profissionais contábeis quanto ao Ativo Imobilizado e o CPC27. Apesar do pequeno numero de artigos divulgados nas principais bases de dados e revistas nacionais, os resultados obtidos nas pesquisas realizadas contribuem, sobremaneira, com o avanço do conhecimento científico e como incentivo para a realização de novas pesquisas.

No tocante às limitações deste estudo, a principal referência se deve à incipiência de pesquisas analisando em específico a evidenciação do grupo de ativos imobilizado e o pouco tempo para produção deste estudo. Salienta-se a impossibilidade da generalização dos resultados, tendo em vista que a pequena amostra encontrada. Recomenda-se para trabalhos futuros a ampliação do universo de pesquisa, visto que uma nova amostra permitirá a utilização deste estudo para fins de comparabilidade dos resultados. Outra recomendação diz respeito à utilização de novas bases dados e revistas alem de pesquisas envolvendo amostras de empresas internacionais.

Como colocou Szuster (2015) em seu estudo, a complexidade e abrangência devem ser fatores de estímulo para nossa atuação. O mundo acadêmico deve, de forma contínua, avaliar sua atuação e verificar como pode ser a grande força motriz para o aprimoramento da Contabilidade e como produzir efeito no campo prático, com pesquisas artigos e produções científica em geral . Novamente, reiteramos a necessidade de ser estimulada a integração com o mundo profissional, considerando a grande evolução ocorrida nestes últimos anos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M.T.P. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de economia e relações internacionais**. Vol. 10, nº 20, janeiro 2012. São Paulo: 2015 disponível em: <http://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei 11.638, 28 de dezembro de 2007. Planalto Federal. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> acesso em: 24 de Novembro de 2017.

BÚRIGO, A.D.P; Avaliação contábil do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27: Estudo de caso em uma empresa do ramo metalúrgico. **Repositório Institucional da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010**. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2103/1/Andr%C3%A9ia%20Dal%20Pont%20B%C3%BArigo.pdf>> Acesso em: 22 de novembro de 2017.

CARDOSO, L. C.; SOUZA, M. A.; ALMEIDA, L. B. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, :V-3 Nº 3, 275-284, setembro/dezembro 2006 2006

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 27: ativo imobilizado**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

CUNHA, P. R.; PAMPLONA, S.; BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. Conformidade dos *softwares* de controle patrimonial aos preceitos do CPC 27 e ICPC 10. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, Ano 9, nº 2, abr-jun/2014, p. 101-119

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**, 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JONES, G.D.C; TERUEL, E.L; Um estudo do processo de gerenciamento das demandas de investimentos em ativos imobilizados: o caso de uma empresa de Telecomunicações. **Revista de Gestão e Projetos – GeP** São Paulo, v. 2, n. 2, p 53-76, jul./dez. 2011 disponível em: <http://cont.aedb.br/seget/artigos10/240_MODELO2010-Seget-VersaoFinal.pdf> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

JUNIOR,I.J.N; OREIRA,S.A.; ANTANA,S.S; IAS,N.S. **Normas Internacionais de Contabilidade: Análise de Ocorrências de não Conformidade de Empresas, a partir de Relatórios da Comissão de Valores Mobiliários.** Congresso de contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina; Santa Catarina : 2015 disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/77_15.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

KAVESKI,I.D.S; CARPES,A;KLANN, C.K. Determinantes Do Nível De Conformidade Das Evidenciações Relativas Ao Cpc 27 Em Empresas Do Novo Mercado Da Bm&Fbovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC** Florianópolis, v. 14, n. 41, p. 33-45, jan./abr. 2015 disponível em: <revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/download/2046/1834> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

LEOPARDI ,MT. Alguns aspectos da pesquisa quantitativa. **Metodologia da Pesquisa na Saúde. Florianópolis: UFSC/Pós-Graduação em Enfermagem**, 2002. p.181-191.

LOPES A.L.M; FRACOLLI L.A. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto & Contexto Enferm.** Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400020> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

LYRA,R.L.W.C; OLINQUECICH,J.L.;Análise do conteúdo informacional dos investimentos em ativos imobilizados: um estudo de eventos em empresas negociadas na Bovespa. Blumenau, **Revista Universo Contábil.** 3, n. 2, p. 39-53 maio/ago. 2007. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/217> acesso em: 23 de novembro de 2017

MARINS, A.S; OLIVEIRA, D.L; Reconhecimento contábil da degeneração de ativos biológicos para a produção no cultivo de árvores frutíferas **Revista Contabilidade & Finanças**, vol. 11, núm. 22, jan/abril, 2014, pp. 73-94 disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n22p73>> acesso em: 23 de novembro de 2017

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REINA, D.R.M.R; REINA,D;SILVA,S.F. Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a Adoção das normas internacionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade.** Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 77-94 mai./ago. 2014 disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n23p77>> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

SIDONE ,O.J.G; HADDAD, J.P., MENA_CHALCO J.P. **A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica** Disponível em :

<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00015.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2017, Campinas : 2016

SOUZA,F.E.A;LEMES,S. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do sul. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 27, n. 71, p. 169-184, mai./jun./jul./ago. 2016 disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/117296/114926>> acesso em: 23 de novembro de 2017

SZUSTE,N; Temos do que nos orgulhar na Contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, vol.26 no. 68 São Paulo May/Aug. 2015 disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772015000200121&script=sci_arttext&lng=pt> acesso em: 23 de novembro de 2017.

YIN R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2006.